

## EDUCAÇÃO QUILOMBOLA, TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS E BARREIRAS DE INCLUSÃO: UM ESTUDO SOBRE ESCOLARIZAÇÃO ENTRE JOVENS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA MARACAXETA EM IRITUIA-PA

EDUCATIONAL PATHWAYS AND BARRIERS TO INCLUSION: A STUDY ON THE SCHOOLING OF QUILOMBOLA YOUTH IN THE MARACAXETA COMMUNITY, IRITUIA-PA

TRAYECTORIAS EDUCATIVAS Y BARRERAS DE INCLUSIÓN: UN ESTUDIO SOBRE LA ESCOLARIZACIÓN DE JÓVENES QUILOMBOLAS EN LA COMUNIDAD MARACAXETA, IRITUIA-PA

Antônia Conceição Ferreira da Costa<sup>1</sup>  
José Luiz de Moraes Franco<sup>2</sup>

**RESUMO:** Esse artigo buscou analisar os desafios enfrentados pelos jovens da comunidade quilombola Maracaxeta, localizada no território São Miguel Arcanjo, em Irituí-PA, quanto ao acesso, permanência e conclusão da educação básica, com foco no ensino médio. A pesquisa, de abordagem qualitativa, combinou revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas com 20 jovens entre 16 e 20 anos. Os resultados revelam obstáculos estruturais, como a distância até as escolas, precariedade no transporte escolar, ausência de professores e falta de diálogo entre o currículo escolar e a identidade étnico-racial dos alunos. Verificou-se que nenhum dos entrevistados teve acesso a uma educação quilombola, e poucos conhecem o conceito de educação étnico-racial. A análise aponta para a presença de racismo institucional e destaca a urgência de políticas públicas que valorizem os saberes locais, promovam a equidade e contribuam para a emancipação das juventudes quilombolas, reconhecendo seus territórios como espaços legítimos de produção de conhecimento.

504

**Palavras-chave:** Juventude quilombola. Identidade cultural. Exclusão educacional.

**ABSTRACT:** This article aimed to analyze the challenges faced by young people from the Maracaxeta quilombola community, located in the São Miguel Arcanjo territory in Irituí-PA, regarding access to, retention in and completion of basic education, with a focus on high school. The research, with a qualitative approach, combined a literature review, document analysis, and interviews with 20 young people aged between 16 and 20. The results reveal structural obstacles such as the distance to schools, poor transportation, lack of teachers, and the absence of alignment between the school curriculum and the students' ethno-racial identity. It was found that none of the interviewees had access to quilombola education, and few were familiar with the concept of ethno-racial education. The analysis points to the presence of institutional racism and highlights the urgency of public policies that value local knowledge, promote equity, and contribute to the empowerment of quilombola youth by recognizing their territories as legitimate spaces of knowledge production.

**Keywords:** Quilombola Youth. Cultural identity. Educational exclusion.

<sup>1</sup> Mestre em ciências naturais PPGCA/UFPA. Formada em ciências naturais com habilitação em química pela universidade Estadual do Pará.

<sup>2</sup> Professor Efetivo do Instituto Federal do Pará - Campus Ananindeua. Doutor em Antropologia Social PPGA/UFPA. Graduado em História (Licenciatura/Bacharelado) pela Universidade Federal do Pará.

**RESUMEN:** Este artículo tuvo como objetivo analizar los desafíos que enfrentan los jóvenes de la comunidad quilombola Maracaxeta, ubicada en el territorio São Miguel Arcanjo, en Irituia-PA, en relación con el acceso, la permanencia y la finalización de la educación básica, con énfasis en la educación secundaria. La investigación, de enfoque cualitativo, combinó revisión bibliográfica, análisis documental y entrevistas con 20 jóvenes de entre 16 y 20 años. Los resultados revelan obstáculos estructurales, como la distancia a las escuelas, la precariedad del transporte escolar, la ausencia de profesores y la falta de conexión entre el currículo escolar y la identidad étnico-racial de los estudiantes. Se constató que ninguno de los entrevistados tuvo acceso a una educación quilombola, y pocos conocen el concepto de educación étnico-racial. El análisis señala la presencia de racismo institucional y destaca la urgencia de políticas públicas que valoren los saberes locales, promuevan la equidad y contribuyan a la emancipación de las juventudes quilombolas, reconociendo sus territorios como espacios legítimos de producción de conocimiento.

**Palabras clave:** Juventud quilombola. Identidad cultural. Exclusión educativa.

## INTRODUÇÃO

A educação de negros e quilombolas no Brasil enfrenta desafios históricos e estruturais que comprometem o acesso, a permanência e a qualidade da aprendizagem. Historicamente, acreditava-se que o centro desses problemas estava concentrado na falta de escolas, na dificuldade de manter as crianças na sala de aula e na ausência de investimentos públicos. Como aponta Schwartzman (2005, p. 1), “considerava-se necessário construir mais prédios escolares, pagar melhores salários aos professores e convencer as famílias a mandar seus filhos para serem educados”. Contudo, mesmo com a ampliação do acesso, os desafios persistem.

Com o tempo, ficou evidente que a presença física na escola não assegura a aprendizagem nem a permanência dos estudantes, especialmente no caso de jovens quilombolas. Segundo Schwartzman (2005), os principais entraves estão relacionados à baixa qualidade do ensino, à ausência de práticas pedagógicas eficazes e à repetência, práticas que reforçam um sistema de exclusão, em desacordo com uma proposta de educação emancipadora.

A presente pesquisa se justifica diante da necessidade de compreender as múltiplas barreiras enfrentadas pelos jovens quilombolas do quilombo Maracaxeta, localizada no município de Irituia-PA. O território é composta por nove grupos quilombolas distribuídos em áreas rurais, onde os estudantes, para acessar a educação básica, sobretudo o ensino médio, precisam percorrer em média 27 km até as escolas estaduais mais próximas. Essa distância reflete não apenas uma questão geográfica, mas também social, evidenciando desigualdades de longa data.

Barreiras como a precariedade no transporte escolar, a falta de escolas no próprio território e a ausência de um currículo que dialogue com a cultura e os saberes quilombolas agravam o sentimento de exclusão vivido por esses jovens. Estudos como o de Gomes (2005) e Cunha (2019) reforçam que a escola precisa ser pensada como um espaço de afirmação identitária e valorização das narrativas e epistemologias negras. Quando isso não ocorre, o que se vê é o esvaziamento do sentido da escolarização e o aumento dos índices de evasão e fracasso escolar.

Além disso, a invisibilidade das culturas afro-brasileira e quilombola nos currículos escolares representa uma violação ao que preconiza a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Para Carril (2017, p. 3), “há a necessidade de salvaguardar e reforçar a identidade cultural em ambientes escolares que, explicitamente ou não, podem vir a manifestar formas de preconceito e racismo”. A omissão curricular e pedagógica em relação à identidade desses estudantes reforça a lógica de apagamento cultural mesmo com diretrizes como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012), os dados revelam um quadro alarmante.

Segundo levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as escolas quilombolas representam apenas 1,2% do total de estabelecimentos de educação básica no país, e apenas 0,45% das matrículas estão nesses espaços. Tal discrepância evidencia o descompasso entre o marco legal e a realidade vivida pelos sujeitos quilombolas.

Autoras como Silva (2015) e Oliveira (2021) argumentam que é imprescindível reconhecer os territórios quilombolas como espaços legítimos de produção de conhecimento, onde a educação deve dialogar com as práticas culturais, saberes ancestrais e os projetos de vida desses povos. A escuta ativa dos jovens do Maracaxeta, nesse contexto, é um passo essencial para visibilizar as desigualdades educacionais persistentes e fomentar políticas públicas que respeitem as especificidades dos povos tradicionais, garantindo o direito à educação com equidade e reconhecimento identitário.

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo central investigar se os jovens da comunidade quilombola Maracaxeta, em Irituia-PA, têm acesso a uma educação que dialogue com sua identidade étnico-racial, conforme os princípios da Educação Escolar Quilombola e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, buscando contribuir para a construção de um projeto educativo verdadeiramente antirracista e emancipador.

## MÉTODOS

O Quilombo Maracaxeta é uma comunidade tradicional remanescente de quilombos localizada na zona rural do município de Irituia, pertencente à região Nordeste do Pará e ao Norte do Brasil. Este território quilombola é reconhecido pela Fundação Cultural Palmares e integra a Associação Quilombola São Miguel Arcanjo da Nova Laodiceia, composta por nove comunidades rurais.

A vida cotidiana da comunidade Maracaxeta está fortemente vinculada ao rio Guamá, à produção de alimentos tradicionais, às atividades coletivas e à ancestralidade negra que sustenta a identidade e coesão do grupo. Como afirmam Arruti (2006) e Almeida (2010), os quilombos são espaços de resistência política, cultural e territorial, cujos modos de vida se configuram como alternativas de sociabilidade frente às violências históricas impostas pelo colonialismo e pelo racismo estrutural no Brasil.

A realidade da comunidade é marcada por um conjunto de desafios históricos e estruturais, refletindo o abandono do poder público nas áreas de saúde, infraestrutura, saneamento e, sobretudo, educação. Nesse contexto, a educação escolar quilombola surge como uma importante política de reparação histórica, reconhecida pela Constituição Federal de 1988, pela Lei nº 10.639/03 e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012). No entanto, a efetivação dessa modalidade de ensino ainda encontra entraves relacionados à invisibilidade dos territórios, à carência de profissionais preparados e à descontinuidade das políticas públicas.

Compreendendo a importância de considerar os saberes locais na formulação de propostas educacionais, a presente pesquisa foi conduzida com base em uma abordagem qualitativa, utilizando o modelo participativo, como propõe Kaercher e Furtado (2021). Para essas autoras, é essencial estabelecer vínculos com as comunidades para que suas demandas sejam compreendidas a partir de suas próprias experiências. As entrevistas realizadas buscaram respeitar o tempo e os espaços dos jovens quilombolas, tendo sido aplicadas durante atividades cotidianas, como partidas de futebol ao final da tarde e durante o funcionamento de uma casa de farinha. Essa metodologia reforça o princípio de escuta ativa e afetiva, conforme indica Gomes (2017), ao enfatizar a importância de reconhecer os territórios negros como espaços legítimos de produção de saber.



**Figura 1-** Entrevista com jovem quilombola realizada no território da Vila Maracaxeta.



**Fonte:** Autores (2025).

A pesquisa teve três momentos principais. O primeiro consistiu em um levantamento bibliográfico com foco em estudos sobre a educação escolar quilombola, a educação antirracista, e as políticas públicas no contexto do estado do Pará, especialmente no município de Irituia. Pizzani et al. (2012) destacam que a pesquisa bibliográfica é essencial para identificar os fundamentos teóricos que sustentam as investigações científicas e direcionam o olhar do pesquisador na busca por respostas a problemas sociais complexos. Nesse estágio, também foram analisados documentos oficiais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, com o objetivo de compreender o arcabouço legal e pedagógico dessa modalidade de ensino.

O segundo momento envolveu a elaboração do instrumento de coleta de dados: um questionário semiaberto com questões direcionadas a compreender as experiências escolares dos jovens quilombolas. Essa etapa caracterizou-se como uma pesquisa documental, conforme definem Santos e Henriques (2021), que ressaltam o valor do questionário como instrumento sistematizado para coleta de dados qualitativos e quantitativos em pesquisas sociais. O roteiro do questionário foi formulado a partir do problema central da pesquisa: entender como se deu o processo de ensino-aprendizagem dos jovens da comunidade Maracaxeta durante o ensino

médio, e se houve a presença de práticas pedagógicas relacionadas à educação quilombola ou às relações étnico-raciais.

Deste modo o roteiro foi constituído por perguntas organizadas através dos seguintes eixos:

- 1- Qual teu nome e tua idade?
- 2- Você ainda estuda?
- 3- Qual serie está cursando?
- 4- Se não estuda, qual o motivo que te levou a parar?
- 5- Em qual escola você cursou ou está cursando o ensino médio?
- 6- Você teve acesso a uma educação Quilombola?
- 7- Você sabe o que é uma educação étnico racial?
- 8- Você saberia falar sobre esse assunto?
- 9- Quais foram as principais dificuldades enfrentadas durante o ensino médio?
- 10- Você como aluno quilombola se sentiu amparado pela grade curricular das disciplinas ministradas em suas series?

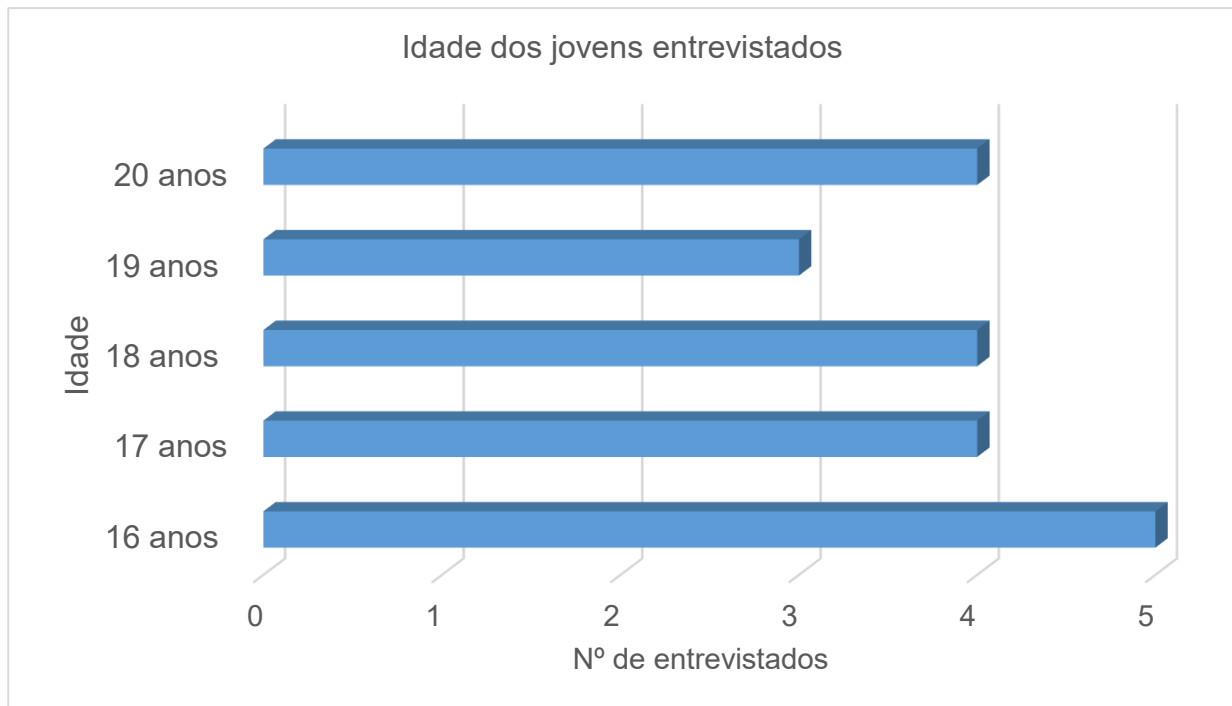
O terceiro momento consistiu na pesquisa de campo, realizada na própria comunidade. Como destaca Suertegaray (2002), a pesquisa de campo promove uma interação direta entre o sujeito pesquisador e o espaço social investigado, permitindo que o conhecimento seja produzido a partir das experiências vividas. A escolha pela comunidade Maracaxeta como campo empírico justifica-se pela ausência de estudos aprofundados sobre a situação educacional de seus jovens, bem como pela necessidade de produzir conhecimento comprometido com a transformação social.

Foram entrevistados 20 jovens, com idades entre 16 e 20 anos. A técnica utilizada para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, conforme indicam Batista et al. (2017), como forma eficaz de obter dados objetivos e subjetivos sobre fenômenos sociais. As entrevistas revelaram que nenhum dos jovens declarou ter tido acesso a uma educação quilombola em sua trajetória escolar, e apenas um foi capaz de identificar o conceito de educação para as relações étnico-raciais. Esses dados escancaram a negligência com que o sistema educacional trata os jovens quilombolas, negando-lhes o direito a uma educação contextualizada e de qualidade.

## RESULTADOS E DISCURSÃO

O gráfico 1 mostra a faixa etária de idade dos jovens quilombola entrevistados na comunidade.

**Gráfico 1** - Perfil Etário dos Jovens Quilombolas Entrevistados em Maracaxeta (Irituia-PA).



**Fonte:** Autores (2025).

O gráfico 1, apresenta a distribuição etária dos jovens quilombolas entrevistados no quilombo Maracaxeta, situado no território quilombola São Miguel Archanjo (Irituia-PA), com idades entre 16 e 20 anos. Essa faixa etária representa a transição da adolescência para a juventude, marcada por importantes desafios educacionais, culturais e sociais.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população quilombola no Brasil é majoritariamente jovem: 24,7 % está na faixa de 15 a 29 anos, e a idade mediana é de 31 anos, abaixo da média nacional de 35 anos. Esse dado indica um potencial demográfico importante, mas que enfrenta desigualdades estruturais e desafios de acesso à educação de qualidade.

Estudos como o do Instituto de Referência Negra Peregum e da Ação Educativa (2021) revelam que jovens quilombolas entre 11 e 17 anos enfrentam riscos elevados de exclusão escolar, associada à negação de sua identidade, ausência de currículo étnico-racial e dificuldades de acesso à escola. A juventude entre 16 e 20 anos, como a entrevistada nesta pesquisa, representa uma geração em transição crítica, onde se aprofundam as escolhas educacionais, pressões por ingresso no mundo do trabalho e os enfrentamentos contra o racismo estrutural.

No contexto do Maracaxeta, as juventudes quilombolas vivem realidades marcadas por repetência, evasão escolar e baixa representatividade cultural no ambiente escolar. Esses fatores

não apenas afetam o rendimento escolar, mas comprometem a permanência dos jovens nos estudos e o fortalecimento de sua identidade. Assim, compreender esse grupo etário é essencial para o planejamento de políticas públicas que garantam educação quilombola contextualizada e emancipada.

A partir da análise dos dados obtidos por meio do questionário aplicado na comunidade Maracaxeta, os resultados revelaram os principais desafios enfrentados pelos jovens da comunidade. A análise dos dados revela um quadro preocupante de exclusão e negligência educacional vivenciado por jovens do quilombo Maracaxeta em Irituia. Essa realidade está diretamente ligada ao que Gomes (2005) chama de “racismo institucional”, que opera de forma silenciosa, naturalizando a exclusão de estudantes negros e quilombolas no ambiente escolar. A autora destaca que a simples existência de leis, como a 10.639/2003 e as normativas complementares, como o Parecer CNE/CP 03/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004, apenas formam a base legal para garantir o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, tenta promover a valorização da diversidade cultural e a construção de uma educação antirracista nas escolas a partir dos anos 2000, essas ações não garantem transformações, pois é preciso vontade política e formação críticas de educadores para sua implementação real.

Ao analisar algumas das respostas transcritas na Tabela 1, torna-se evidente a falta de acesso a uma educação que considere as especificidades culturais, históricas e sociais da juventude quilombola da comunidade. Os dados revelam que muitos desses jovens não se reconhecem nos conteúdos e abordagens pedagógicas oferecidos. Isso significa que os estudantes quilombolas frequentemente não se veem representados nos livros didáticos, nas narrativas históricas ou nas metodologias utilizadas em sala de aula. Os currículos muitas vezes ignoram ou minimizam a história, a cultura, os saberes e a identidade dos povos quilombolas, o que gera um sentimento de exclusão e distanciamento da escola. Essa falta de representatividade compromete o vínculo dos alunos com a aprendizagem e reforça desigualdades históricas no ambiente educacional.

**Tabela 1** - Tabulação dos dados do questionário aplicado na comunidade Maracaxeta.

<b>Critério Investigativo</b>	<b>Quantidade (n)</b>	<b>(%)</b>	<b>Observações Qualitativas</b>
Tiveram acesso a uma educação quilombola	0	0 %	Todos disseram que nunca tiveram esse tipo de educação no ensino fundamental maior e nem no médio, porém, alguns



			relataram que no ensino fundamental menor a professora Deise Moura trabalha esses temas.
Você sabe o que é uma educação étnico racial?	1	5%	Apenas o Edvan soube responder: “alguma coisa voltada para combater o racismo na escola”.
Sentem-se amparado pela grade curricular	0	0%	Nenhum se sentiu contemplando nos conteúdos escolares.
Jovens que concluíram o ensino médio	4	20%	Dentre eles João Paulo disse que: “já acabei meus estudos, não pretendo fazer faculdade por que tenho que ajudar meus pais na roça”.
Jovens que ainda estudam	4	20%	Cursando ensino médio.
Jovens que pararam de estudar	11	55%	2 gravidezes precoce; 9 por necessidade de trabalhar ou falta de apoio.
Dificuldades enfrentadas na trajetória escolar	20	100%	Todos disseram: estradas ruins, ônibus escolares sucateados; falta de professores; carga horaria reduzida.

**Fonte:** Autores (2025).

Os dados coletados na comunidade quilombola de Maracaxetá revelam um panorama preocupante sobre o acesso e a permanência de jovens no sistema educacional. Nenhum dos 20 jovens entrevistados afirmou ter tido acesso a uma educação quilombola ao longo de sua trajetória escolar. Apenas um dos participantes demonstrou conhecer o conceito de educação étnico-racial. Esse dado é revelador de uma profunda ausência de políticas públicas efetivas voltadas para a valorização das identidades quilombolas no ambiente escolar.

A invisibilidade da educação quilombola e o desconhecimento da educação étnico-racial entre esses jovens refletem o que Cavalcante (2014) já denunciava: a escola brasileira ainda é um espaço de apagamento cultural, que pouco reconhece os sujeitos e os saberes oriundos das

comunidades tradicionais. Ao contrário do que diz a Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, muitos dos entrevistados sequer ouviram falar sobre tais conteúdos, revelando um abismo entre a legislação e a prática pedagógica.

Para Gomes (2005), a escola só cumprirá seu papel social se for capaz de dialogar com as experiências dos sujeitos nela inseridos. Isso significa valorizar os saberes ancestrais, a história de resistência e as práticas culturais dos quilombos, promovendo uma educação crítica e antirracista. No entanto, o que se observa é o oposto: um modelo de ensino urbano, eurocêntrico e homogêneo, que relega ao silêncio as especificidades da população negra quilombola. A escola que deveria ser espaço de pertencimento e afirmação torna-se, muitas vezes, espaço de exclusão simbólica e material.

Além do apagamento identitário, os jovens da comunidade relataram inúmeras dificuldades concretas que afetam diretamente sua permanência escolar: estradas em péssimas condições, transporte escolar irregular e precário, falta de professores e uma carga horária reduzida das aulas. Esses fatores estruturais contribuem para a evasão escolar e demonstram o descaso do poder público com os territórios quilombolas.

O relatório do UNICEF (BRASIL, 2003, p. 15) já alertava para essas dificuldades vivenciadas por jovens quilombolas em todo o Brasil, apontando que a oferta educacional frequentemente não respeita a realidade sociocultural desses estudantes. É preciso lembrar que o direito à educação étnico-racial e contextualizada está previsto na Constituição Federal, nas Diretrizes Curriculares Nacionais e em acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Contudo, as condições relatadas no Maracaxeta mostram um hiato entre o que está na lei e o que se concretiza no cotidiano dessas juventudes.

O sentimento de abandono institucional fica ainda mais evidente nos relatos de jovens como João Paulo, que, mesmo após concluir o ensino médio, não vislumbram possibilidades reais de ingressar no ensino superior. As barreiras econômicas e a desinformação sobre programas de acesso, como o PSE e as cotas raciais, fazem com que a universidade ainda seja percebida como um espaço inalcançável.

Segundo Silva (2015), a juventude quilombola enfrenta um conjunto de desigualdades interseccionadas: pobreza, racismo, ausência de políticas públicas e isolamento geográfico. Esses fatores produzem um ciclo de vulnerabilidade que afeta diretamente a escolarização desses jovens. Para a autora, é imprescindível reconhecer os territórios quilombolas como espaços de produção de saberes e garantir o direito a uma educação emancipatória, voltada à autonomia dos povos tradicionais.

A única referência positiva lembrada pelos jovens foi a atuação da professora Daise Moura, educadora quilombola atuante no território. Sua presença, associada ao ensino de conteúdos étnico-raciais no ensino fundamental, foi mencionada como um diferencial significativo. Esse dado reforça a tese de que uma educação “feita por nós para os nossos”, como defende Gomes (2005), é mais eficaz no fortalecimento da identidade e na promoção de uma aprendizagem significativa. No entanto, essa experiência se mostrou isolada e sem continuidade nas etapas posteriores do ensino, evidenciando a ausência de políticas de formação e contratação de educadores quilombolas, como também aponta Lima (2019).

Autores como Oliveira (2022) argumentam que a presença de professores oriundos das próprias comunidades é uma estratégia de resistência ao racismo institucional e ao etnocentrismo curricular. Ao se reconhecerem nos seus educadores, os estudantes quilombolas sentem-se mais valorizados e motivados. Isso reforça a necessidade de políticas públicas que priorizem a formação de professores quilombolas e sua alocação nas escolas localizadas nos territórios.

Santos e Fonseca (2024) também apontam que os processos educativos em comunidades quilombolas devem articular saberes tradicionais com os conhecimentos escolares, reconhecendo o território como sujeito e produtor de conhecimento. Essa articulação é fundamental para que os jovens percebam sentido em sua trajetória escolar e se sintam pertencentes aos espaços educativos.

514

Portanto, discutir a situação da juventude quilombola do Maracaxeta é também problematizar a forma como o Estado brasileiro tem negligenciado sua responsabilidade de garantir o direito à educação com equidade. A superação dos desafios apontados passa por ações estruturais: melhoria na infraestrutura de acesso às escolas, formação continuada para professores com enfoque na educação quilombola, garantia de transporte adequado, implementação de currículos contextualizados e maior escuta das comunidades na formulação das políticas públicas.

Como destaca Munanga (2005), não se trata apenas de inserir conteúdos sobre a história negra nos currículos, mas de repensar toda a estrutura educacional para que ela se torne de fato antirracista. A juventude quilombola, com sua força, memória e ancestralidade, tem direito a uma educação que a reconheça e a projete para o futuro. Negar esse direito é perpetuar um ciclo de exclusão histórica. Valorizar essa juventude é um passo essencial para a construção de uma sociedade mais justa, diversa e democrática.

## CONCLUSÃO

Os dados desta pesquisa revelam com clareza a persistência de desigualdade histórica que afetam diretamente o percurso educacional de jovens quilombola. A ausência de uma educação quilombola efetiva, o desconhecimento da educação étnico-racial e as condições precárias de acesso e permanência escolar, demonstram o quanto a política pública ainda não alcança de forma concreta esses territórios.

A fala dos jovens entrevistados reforça a urgência de uma educação que valorize a identidade quilombola e que seja construída com base em diálogos com saberes locais. Uma vez que, educar é um ato que desenvolve o senso crítico do indivíduo e por isso devesse ter uma escuta ativa e o interesse pela transformação da realidade desse mesmo indivíduo.

É necessário que a educação dos jovens quilombolas seja pensada não apenas como inclusão, mas como reparação histórica, como método de resistência, autonomia e emancipação dos povos negros. A juventude, juventude quilombola como a de Maracaxeta em Irituia tem direito a sonhar, acessar a universidade, permanecer na sua comunidade com dignidade e ver sua história representada e valorizada na escola.

Por fim, a pesquisa corrobora os achados de autores como Silva (2015), que vê a juventude quilombola como um grupo social vulnerável a múltiplas formas de exclusão racismo, pobreza, distanciamento geográfico e falta de políticas públicas e defende a educação como estratégia de emancipação coletiva. Entender as experiências desses jovens é, portanto, um passo fundamental para a construção de um projeto educacional comprometido com a justiça social, com os direitos coletivos dos povos tradicionais e com a superação das desigualdades raciais e territoriais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Territórios quilombolas e conflitos: certidões de auto reconhecimento e instrumentos de legitimação. Manaus: PPGAS-UFAM, 2010.

ARRUTI, J. M. Mocambo. Antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: EDUSC, 2006.

BRASIL. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Crianças e adolescentes quilombolas: acesso a direitos e políticas públicas. Brasília: UNICEF, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 nov. 2012, Seção 1, p. 22.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996, Seção I, p. 27833 a 27841.

BATISTA, Eraldo Carlos. MATOS, Luís Alberto Lourenço. NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.11, n.3, p.23-38, TRI III 2017. ISSN 1980-7031

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, p. 539-564, 2017.

CAVALCANTI, Roberta Barros. Educação quilombola: desafios e possibilidades. Brasília: Ministério da Educação – SECADI, 2014.

CUNHA, Ana Lúcia da Silva. **Educação quilombola e práticas curriculares: rupturas e permanências**. *Educação em Revista*, v. 35, e217235, 2019.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa, tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. v. 35, n.3, p, 20-29 São Paulo. Mai./Jun. 1995.

GOMES, Nilma Lino. Políticas públicas e educação: a produção do conhecimento e os desafios da diversidade. *Revista Retratos da Escola*, v. 11, n. 21, p. 65-78, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores: diálogos com o movimento negro brasileiro. In: GOMES, Nilma L. (org.). Educação, identidade negra e formação de professores. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 13-34.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2022: Quilombolas – Primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO DE REFERÊNCIA NEGRA PEREGUM; AÇÃO EDUCATIVA. Programa SETA – Educação Antirracista para Juventudes Quilombolas, Negras e Indígenas. São Paulo: **Ação Educativa**, 2021.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2023**.

KAERCHER, Gládis Elise Pereira da Silva; FURTADO, Tanara Forte. Educação infantil e antirracismo na encruzilhada da diáspora africana no sul do Brasil. **Identidade: boletim do Grupo de Negras da EST/IECLB**. Vol. 26, n. 1/2 (jan./dez. 2021), p. 157-176, 2021.

LARCHERT, Jeanes Martins; DE OLIVEIRA, Maria Waldenez. Panorama da educação quilombola no Brasil. **Políticas Educativas-PolEd**, v. 6, n. 2, 2013.

LIMA, M. J. de. Educação escolar quilombola: desafios para a construção de uma escola contextualizada. **São Paulo: Cortez**, 2019.

MINAYO, M. C. de S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 7. ed. **Petrópolis: Vozes**, 1997.

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. **Petrópolis: Vozes**, 2005.

PIZZANI, L., da Silva, R. C., Bello, S. F., Hayashi, M. C. P. . A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012.

SANTOS J. R. Henriques, S. **Inquérito por questionário: contributos de conceção e utilização em contextos educativos**. 2021.

SANTOS, D. S.; FONSECA, M. B. Epistemologias quilombolas e práticas pedagógicas: saberes e resistências. **Revista Brasileira de Educação**, v. 29, e290028, 2024.

SCHWARTZMAN, Simon, and Colin Brock. "Os desafios da educação no Brasil." *Rio de Janeiro: Nova Fronteira* 1320 (2005).

SCHNEIDER,, E. M. Fujii, R. A. X., & Corazza, M. J. Pesquisas quali-quantitativas: contribuições para a pesquisa em ensino de ciências. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 9, p. 569-584, 2017.

SILVA, Ana Célia . **Juventude quilombola e escolarização: o desafio da permanência**. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 1, n. 1, 2015.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em Geografia. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 64-68, 2002.

OLIVEIRA, L. A. de. Currículo, território e ancestralidade: os saberes quilombolas na educação básica. Salvador: **EDUFBA**, 2022.

OLIVEIRA, Luana de Jesus. **Território, ancestralidade e educação: os desafios da escola quilombola na Amazônia paraense**. **Revista Amazônica**, v. 2, n. 1, p. 85-102, 2021.